

UM PROJETO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO: A REVOLUÇÃO DE 1930

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Nossa intenção no presente estudo é chamar a atenção dos estudiosos das ciências humanas sobre um projeto social desenvolvimentista, com o intuito de maior conscientização de nossa realidade.

Considerando-se o período da Revolução de 1930 como a fase inicial da etapa contemporânea da sociedade brasileira, tal período caracterizou-se pelo desencadeamento de uma revolução não-burguesa, que conduziu a uma recomposição político-econômica entre as classes burguesas e entre essas e as camadas populares cidadinas, mesmo porque devemos levar em conta que os setores econômicos primário-exportadores até então eram praticamente o único embasamento da sociedade brasileira constituídos sob o impulso da demanda exterior.

Assim sendo, os setores sociogeográficos onde foram instaladas as unidades de produção para o mercado internacional, foram o fundamento de uma sociedade capitalista-escravocrata até a abolição da escravatura no país, em 1888. E, a partir daí, com a generalização do trabalho livre, constituíram o fundamento de uma sociedade capitalista, predominantemente rural ainda, até os primeiros decênios do século XX. No entanto, parece-nos óbvio que os efeitos modernizadores tornaram-se mais acentuados a partir da imigração estrangeira para o Brasil, acelerando o processo da industrialização, o aumento de serviços e a concentração urbana.

Por outro lado, teriam de igual modo contribuído para o acelerar da urbanização no país as migrações rural-urbanas, em decorrência basicamente das condições econômico-sociais das zonas rurais onde o desemprego, os salários baixos, a pobreza e a fome, entre outros fatores, eram consideráveis. Além disso, a estrutura da posse da terra, ou com alta concentração da propriedade, ou, opostamente, com a presença do minifúndio, teria sido um outro fator da expulsão.

Os acontecimentos do período revolucionário de 30 no país alinham-se a outros revolucionários ou reformistas que, nas primeiras décadas do século XX, agitaram o mundo capitalista, quais sejam, entre os mais significativos, a Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Chinesa de 1911. Por isso mesmo diríamos que os acontecimentos daquele período seriam apenas componentes singulares da primeira plena negação do *statu-quo* vigente e o grande “despertar” da sociedade brasileira, compreendendo-se, a partir daí, que o “projeto social de desenvolvimento” celebrado no período da revolução de 1930, atendessem a reivindicações “populares” imediatistas (aplicação e ampliação da legislação trabalhista e normas eleitorais) e a orientação para uma industrialização “autônoma”, cuja ideologia seria o nacional-desenvolvimentismo.¹

A mediação política como dimensão do período da Revolução de 1930 é exercida, principalmente, pelo tenentismo² como uma das lideranças mediadoras do descontentamento popular, que não teve, ao longo do movimento, um espírito coordenador capaz de dirigir a vitalidade da multidão, colaborando para que a agitação popular se ativesse a motivos demagógicos ou anárquicos, ou ambos, mesmo porque seu estado de espírito era vago, embora enorme o descontentamento popular.³

Por ser esta etapa revolucionária repleta de insatisfações, das mais contraditórias possíveis, seria, mais na fase posterior ao movimento, que seus desdobramentos se tornariam significativos, embora já nesse período ficasse claro o início da etapa contemporânea do processo histórico brasileiro, já que as camadas populares menos favorecidas aí estavam presentes como agentes históricos.

Entende-se que com a carestia dos gêneros alimentícios, com a crise habitacional, com o desemprego, com a inflação, com a baixa cambial, com a política exploradora dos impostos, recaindo principalmente sobre os pobres, gerou-se facilmente um ponto comum de interesses e sofrimentos, concentrando a todos em um único plano, onde as reivindicações populares imediatas constituíram a tônica máxima a ser empregada.

Assim, define-se o projeto social de desenvolvimento, elaborado no período da Revolução de 1930 e consolidado na etapa pós-revolucionária, que não só atende aos anseios populares como, através da liderança tenentista, caminhou mais, ao propor a industrialização autônoma e consolidando a formação econômico-social capitalista.

(1) Cf. Pereira, Luiz, *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*, p. 126. São Paulo, Pioneira, 1970.

(2) Sobre o assunto consultar: Santa Rosa, Virgínio - *Que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro, Civ. Brasil., 1963.

(3) Sobre este aspecto da Revolução de 30, ver, além de Santa Rosa, o depoimento de Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil*, Edaglit. 1962; Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista*, São Paulo, Anhembi, 1958, 2 vs.; Astrogildo Pereira, *Formação do PCB*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

Tal política econômica não se limitou apenas em manter o nível de emprego e o fluxo de renda, mas aumentou o mercado de trabalho e a renda-salário. E este projeto social de desenvolvimento, se, por um lado, suavizou as tensões sociais, por outro aproveitou-se da frágil burguesia industrial (principalmente pelo fato de nossa população ser “apadrinhada” por ela e estar se “educando” mais), bem assim, pela crescente desvalorização das taxas cambiais, para, enfim, expandir a formação econômico-social capitalista.⁴

Apesar de a situação lhe ser propícia, a burguesia industrial não se determinou como classe social hegemônica, compondo-se antes com a burguesia agrária e com a comercial e financeira, não conseguindo, automaticamente, liberar plenamente, a realização do projeto social de desenvolvimento.⁵

Daf, concordarmos com a afirmação de Luiz Pereira⁶, quando diz que foi “um impulso dinâmico exercido por novas forças sociais e dentre as quais já figuravam os setores populares citadinos”, não negando, portanto, a formação sócio-econômica capitalista.

Prosseguindo a marcha industrializante no país, a partir desta etapa revolucionária o seu caminhar ocorreu lenta e instavelmente, sem atender a contento o crescimento demográfico e muito menos oferecendo uma variedade suficiente de ramos de serviços, ou ainda criando condições favoráveis para a habilitação de mão-de-obra, com exceção para o setor terciário.⁷

Essa deficiência de emprego, a nosso ver, é um dos aspectos mais sérios da problemática industrial do país, pois, ao longo de sua evolução, não teve capacidade para criar uma demanda de trabalho condizente com o crescimento populacional - em especial com relação ao meio urbano - onde gerou, sim, ao lado do desemprego, o subemprego.⁸ E isto apesar da “política da paz social”, expressa já no próprio slogan da Aliança Liberal - “ façamos a revolução antes que o povo a faça” - com continuidade nas proclamações integralistas que desde outubro de 1932 defendiam a planificação estatal (principalmente ao criticarem o liberalismo), constituindo, no fundo, a proposta assumida pelo próprio Governo Provisório instalado pela Revolução de 1930.⁹

(4) Ver Simonsen, Roberto - A evolução industrial do Brasil, p. 34. São Paulo, Federação das Indústrias, 1939; Luz, Nícia Vilela - A luta pela industrialização do Brasil, São Paulo, Difel, 1961.

(5) Sobre o assunto: Cardoso, Fernando Henrique - Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo, Difel, 1964.

(6) Pereira, Luiz, op. cit., p. 127.

(7) Consideramos população terciária aquela formada por pessoas empregadas no comércio de mercadorias, comércio de imóveis, transportes e comunicações, administração pública, profissões liberais, serviços e atividades sociais.

(8) V. sobre o assunto: Lopes, Juarez B. - Desenvolvimento e mudança social: a formação da sociedade urbano-industrial no Brasil, p. 23. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

(9) Ver discurso de Getúlio Vargas, de maio de 1931: A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos.

Vem daí também a proposta governamental de incentivar a produção e o consumo internos (imediate e mediato), e os “vislumbres” nacionalísticos como dimensão desse projeto.

Embora sem a pretensão de, nesta breve visão termos colocado em toda a sua extensão e complexidade esse projeto social de desenvolvimento, acreditamos, todavia, ter deixado claro o desenvolvimento apenas parcial do referido projeto definido em 1930, através de uma “revolução” não-burguesa.

Acrescentaríamos que, além de não se haver concretizado totalmente, ao olharmos adiante, transcorridos já alguns anos dele, notamos que os problemas se agravaram, principalmente pelo fato de sua efetivação ter sido parcial, não atendendo às crescentes necessidades de consumo. Com o rápido desenvolvimento populacional prosseguindo, o surto urbano-industrial de igual modo, e o papel do Estado estimulando as classes dominantes a atuarem para a realização do desenvolvimento econômico (num ritmo superior ao crescimento demográfico e com o intuito da ampliação do mercado de trabalho, aumento salarial, etc., sempre em benefício daquela classe social), tais condições propiciaram, ao longo do período, a concentração das “massas” trabalhadoras - quer do campo quer da cidade - num clima revolucionário (eclodido às vésperas de 1964), etapa derradeira (embora inacabada) do populismo brasileiro.

(Transcr. do “Boletim da Academia Paulista de História”, São Paulo, out. de 1989).